



Público

12-01-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Sociedade

Dimensão: 95

Imagem: N/PB

Página (s): 8

Proposta contra a precariedade entregue hoje na AR

Natália Faria

● Representam dois milhões de jovens precários em Portugal e a proposta que fazem chegar hoje às mãos da presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, surge alicerçada na força de 35 mil assinaturas. Objectivo: combater a precariedade laboral traduzida em falsos recibos verdes, contratação a prazo para funções permanentes e recurso abusivo ao trabalho temporário.

A proposta de lei contra a precariedade que entra hoje no Parlamento configura a segunda iniciativa legislativa de cidadãos e vai forçar os deputados a discutir as condições de precariedade em que trabalham milhares de jovens em Portugal. Apesar de apresentarem propostas que contrariam a orientação assumida pelo Governo, os promotores da iniciativa confiam nos resultados da discussão que se há-de gerar.

“Não vamos aceitar que nos digam que a precariedade é inevitável, porque a proposta é séria, pensada e exequível”, declarou Tiago Gillot, dos Precários Inflexíveis.

Relativamente aos falsos recibos verdes, propõe-se uma efectiva fiscalização da Autoridade para as Condições do Trabalho no sentido do reconhecimento formal da relação de trabalho. Quanto aos contratos a termo, a ideia é que só possam ser renovados até três vezes, não podendo exceder os 18 meses. Quando assim for, é automaticamente convertido em contrato sem termo. Se, findas as três renovações e os 18 meses, a entidade patronal denunciar o contrato, fica inibida de contratar para o mesmo posto durante dois anos. Relativamente ao trabalho temporário, a proposta é obrigar as empresas que recorram a um trabalhador por esta via por mais de um ano à celebração de contrato.